

Universitários paulistas entre Congressos e gestões

Nota para a história da UEE-SP, da fundação à campanha da legalidade (1949-61)

Fernando Garcia

Após o fim do Estado Novo (1937-45), a necessidade de desenvolver a industrialização brasileira e o novo papel que o Brasil poderia desempenhar naquele pós-guerra, fez com que as forças progressistas, democráticas e nacionalistas encampassem a luta pela nacionalização do petróleo em torno da bandeira “O Petróleo é Nosso!” em 1948. Militares, intelectuais, estudantes, trabalhadores e amplas parcelas de brasileiros se uniram numa das maiores campanhas cívicas já realizadas no país. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi uma das principais entidades a mobilizar pesados esforços na campanha que lutava contra aqueles que acreditavam que a ‘natureza’ do Brasil era agrária e defendiam que empresas estrangeiras poderiam participar da extração e industrialização do nosso petróleo.

Decorrente desse embate, iniciam-se os esforços, no segundo semestre de 1948, para fundar a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP). Foram três os principais fatores: 1) a necessidade das entidades estudantis paulistas organizarem campanhas comuns; 2) a complexificação do movimento estudantil nacional, que exigia um desenvolvimento maior nos principais estados; e 3) a conjuntura política, que confluía campanhas democráticas que mobilizaram setores progressistas de São Paulo e do Brasil. Tais elementos possibilitaram o amadurecimento do movimento estudantil paulista e fizeram acirrar a disputa entre projetos opostos. Em outras palavras, a UEE-SP é resultado direto do encontro da juventude paulista com a luta pela nacionalização do petróleo.

Entre os dias 21 e 25 de janeiro de 1949, realizou-se o 1º Congresso Estadual de Estudantes, que tinha como pauta principal a fundação da UEE-SP. Também foram eleitas uma plataforma político-estudantil e uma direção, cujo presidente foi o estudante da então Faculdade de Direito de São Paulo (hoje Faculdade de Direito da PUC-SP) e presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto, Rogê Ferreira, um dos principais líderes estudantis naquele momento.

Rogê destacou-se ao investir esforços políticos em prol da nacionalização do petróleo brasileiro. A participação de Rogê havia sido tão importante para o movimento estudantil em São Paulo e no Brasil que logo depois ele foi eleito presidente da UNE, no 10º congresso da entidade, naquele mesmo ano. Dessa forma, a UEE-SP passou a presidência interina ao 1º Vice-Presidente, o estudante de medicina Walter Belda, que levou a gestão até o próximo congresso da UEE-SP, no ano seguinte.

Em 1950, a pauta política girava em torno das eleições presidenciais que levaram Getúlio Vargas, agora pelo voto, ao Palácio do Catete. O 2º Congresso da UEE-SP, em maio, elegeu José Colagrossi Filho. Porém essa gestão não empolgou a base do movimento estudantil. Duas razões se fizeram presentes: por um lado, não havia ainda uma tradição de organização estadual de estudantes universitários – o que levou à fragilidade política estrutural da UEE-SP –, e por outro, a condução de Olavo Jardim à presidência da UNE arrastou a entidade nacional à política da União Democrática Nacional (UDN), desagradando larga parcela dos estudantes. A gestão de Jardim alterou em grande medida a toada progressista do movimento estudantil em nível nacional e em muitos estados. O que não implicou que, nas bases, os estudantes deixassem de desenvolver pautas e ações de lutas progressistas.

Passaram-se alguns meses até que os centros acadêmicos do estado se rearticulassem e reerguessem a UEE-SP, sob uma gestão de transição levada à frente pelo estudante de direito Agostinho Batarello, eleito no 3º Congresso da UEE-SP. Dessa forma foi possível revolver grupos e instituições estudantis para um novo conclave em 1952. Neste 4º Congresso foi eleito o estudante de engenharia da Faculdade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane, Fernando Gasparian. Tanto o congresso quanto a gestão de Gasparian foram marcadas pela luta intransigente contra as tramas imperialistas de comprometer a soberania do Brasil e pela intensa luta em defesa da nacionalização do petróleo.

Fundação da "União Estadual de Estudantes", é o principal objetivo da instalação do 1.º Congresso

Fala, no JORNAL DE NOTÍCIAS, o estudante Nelson Borsari, 3.º secretário da Comissão de Organização — Uma prova de que não hão de calar-se frente às pretensões inquisitoriais da polícia carioca — Colaboração da imprensa e do rádio

Conquanto publicações que vêm sendo feitas pela imprensa desta Capital, devam ser instaladas, de 20 a 25 do corrente, em local a ser precisamente escolhido, o 1.º Congresso Estadual de Estudantes de...

Red. Chefe - Ademar Fiorillo • Diretor - MATINAS SUZUKI
Ano XVI • SÃO PAULO - ABRIL DE 1949

União Estadual de Estudantes

WALTER BELDA
(3.º Vice-Presidente da U. E. E.)

O movimento estudantil de São Paulo, no momento de sua organização, realizou o 1.º Congresso Estadual de Estudantes, que teve como principal objetivo a fundação da "União Estadual de Estudantes".



JOÃO EDUARDO
"cambião que devemos preservar"



Walter Belda



Essa diretoria se identificava – mesmo sem o compromisso de afiliação –, na sua maior parte, com as ideias do “socialismo democrático” postuladas pelo recém-criado Partido Socialista Brasileiro (PSB), que contava com católicos de esquerda, simpatizantes do trotskismo e nacionalistas em geral. Sendo assim, as disputas pelos rumos da gestão confluíram contra os militantes ligados à União da Juventude Comunista (UJC), organizada pelo Partido Comunista do Brasil, então identificado com a sigla PCB. Interessante notar que as pautas gerais marcavam grande convergência entre jovens comunistas e jovens partidários do “socialismo democrático”, como, por exemplo, a luta contra o Acordo Militar Brasil-EUA e a nacionalização do petróleo; deixando assim pouco espaço para a corrente ligada às ideias da UDN no movimento estudantil universitário paulista.

A corrente marcadamente de direita tenta voltar à UEE-SP no 5º Congresso, em 1953, com a candidatura de José Gregori à presidência, mas os nacionalistas vencem com o amazonense e estudante de direito do Largo São Francisco (Faculdade de Direito da USP) Almino Afonso. Essa vitória selou o compromisso – ao menos naquele momento – dos estudantes paulistas contra as bandeiras entreguistas. Almino conduziu uma gestão brilhante à frente da UEE-SP.

De oratória muito acima da média e uma capacidade fora do comum de aglutinar setores diferentes, levou ao movimento estudantil parcela maior de estudantes mulheres, aprimorou o departamento de cultura – do qual fora diretor na gestão anterior –, levou a entidade ao diálogo com amplos setores das vidas políticas nacional e estadual e mobilizou grande número de estudantes para pressionar pela nacionalização do petróleo. A vitória viria com a fundação da Petrobras em 3 de outubro de 1953.

Em abril de 1954, a chapa nacionalista, apoiada por Almino Afonso e outros grupos progressistas, não venceu o 6º Congresso da UEE-SP. A polarização política que tomava conta do país entre nacionalistas e entreguistas (institucionalmente projetada, respectivamente, no PTB e na UDN) contaminou o movimento estudantil paulista e o congresso elegeu Oswaldo Lara Leite Ribeiro.

A gestão de Oswaldo foi o avesso da anterior, mesmo assim, não conseguiu conter a ascensão de moças – no jargão da época – no movimento estudantil. Tanto na Universidade Católica (hoje Pontifícia), como na USP e no Mackenzie, surgiram novas dirigentes estudantis, que compuseram a gestão ou mesmo a oposição. Uma das principais ações da gestão Oswaldo foi um manifesto clamando às forças armadas que pedissem a renúncia do então presidente,

Getúlio Vargas, e que assegurassem “as garantias constitucionais”. Oswaldo aproveitou a crise, agravada com o chamado “atentado da rua Toneleiro”, que matou o Major Rubens Vaz e feriu o líder udenista Carlos Lacerda, para alinhar a UEE-SP às políticas gerais da UDN. Em carta assinada no jornal *O Estado de São Paulo* edição de 7/8/1954 (p. 32) bradou que “a voz de Carlos Lacerda não se pode calar”. O presidente da UEE-SP empunhou a bandeira que desmontaria “as muralhas da fortaleza da corrupção”, como identificava o governo nacionalista de Vargas.

Essa gestão, abertamente de direita, apoiou, com amplo apoio da UDN, a candidatura à presidência da UNE do estudante paulista Augusto Cunha Neto no 17º congresso da entidade, em julho de 1954. Cunha Neto venceu, mas não tinha apoio da juventude udenista como um todo, já que se opunha às investidas golpistas dessa agremiação. Dessa forma, em uma manobra politicamente hábil, Cunha Neto abriu a gestão às lideranças mais progressistas – inclusive nacionalistas – que haviam perdido o congresso.

O 7º Congresso da UEE-SP, ocorrido em maio de 1955, em Piracicaba, elegeu o estudante da Escola Politécnica da USP, Claudio Jacoponi. Desde a morte de Getúlio e durante todo o governo Café Filho, a conjuntura nacional fora a principal pauta política estudantil e combustível para as discussões internas da entidade. A UDN paulista tinha forte influência no conjunto da diretoria e, ao mesmo tempo, pesada oposição na maioria dos centros acadêmicos e base de estudantes. Nesse clima, o congresso foi palco de intensa discussão sobre os fundamentos políticos da UEE-SP.

A chapa vitoriosa do congresso de Piracicaba foi eleita com um programa mínimo inovador e audacioso. Pela primeira vez um departamento feminino é institucionalizado na UEE-SP. Trabalho que vinha ganhando espaço desde a gestão de Almino Afonso. O programa também cita uma aproximação dos estudantes com o movimento sindical e a classe operária; tendo, inclusive, uma coluna sindical no boletim da UEE-SP. Organizar cursos de extensão sobre “serviços públicos”, uma biblioteca especializada e uma campanha para o barateamento dos livros usados nas faculdades, também eram alguns dos pontos do programa.

Em setembro, a UDN (prevendo que perderia a disputa presidencial), propôs que se adiassem as eleições. Diante de tal disparate – que ganhava força em parcela da população graças a uma imprensa politicamente ligada aos pensamentos mais atrasados – os nacionalistas, democratas, partidos políticos, movimentos sindical e estudantil

mobilizaram milhares de brasileiros em várias partes do país para lutar contra o golpe que já ganhava ares de normalidade constitucional. A UEE-SP ajudou a articular a *Liga de Defesa da Legalidade*, que reunia os movimentos sociais, intelectuais e personalidades de diversos ramos e matizes políticos e ideológicos. E no dia 6 de setembro, na praça Roosevelt, na capital paulista, a *Liga* fez um comício onde Jacoponi e o jurista Evandro Lins e Silva foram dois dos principais oradores.

Em 3 de outubro, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente e João Goulart vice. Mas as forças armadas estavam divididas e tentavam um golpe com a campanha udenista de barrar a posse dos eleitos. Para frear a possibilidade crescente de um golpe militar, o Marechal Henrique Teixeira Lott, ministro da guerra de Café Filho organizou uma manobra de “volta ao quadro constitucional vigente”, garantindo a posse de JK e Jango. A UDN estava na ofensiva para tomar o governo de qualquer forma, mesmo que fosse sem votos.

Em maio de 1956, em Ribeirão Preto, a UEE-SP realizou seu 8º Congresso, que elegeu o estudante de medicina da USP Antônio Carlos Massarotto Cesarino. Novamente o congresso da UEE-SP foi pautado por forte teor anti-imperialista e democrático. Aprovou-se a resolução de campanha pela anistia dos presos políticos; pela criação de um fundo de amparo à pesquisa; por abono de faltas aos congressistas do conclave da UEE-SP; e criação de um movimento pela proibição da exportação de minérios monazíticos, altamente radiativos e usados na fabricação de bombas atômicas (desde a gestão de Fernando Gasparian, a UEE-SP se colocara contra a participação do Brasil na cadeia internacional de produção de bombas atômicas).

Com o aumento acelerado da consciência política dos estudantes, houve importantes manifestações e até greves nas universidades que pautavam maior democracia na relação das reitorias com seus alunos. A gestão de Cesarino foi instada a participar dessas mobilizações e o fez com sucesso. Um dos pontos que mais marcou essa gestão foi a campanha contra o aumento das passagens de bondes. Junto com a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), a UEE-SP mobilizou greves e manifestações para tal campanha. Cesarino se deparou com a necessidade de que os manifestantes mantivessem a calma, pois provocadores alheios à organização dos atos depredavam bondes e prédios públicos. A UEE-SP se colocou efusivamente contra esse tipo de manifestação violenta.

O 9º Congresso da UEE-SP, realizado em maio de 1957, elegeu o estudante João Eduardo Correa Jr. e aprovou uma greve geral de estudantes

paulistas para o dia 20 do mesmo mês. O intuito da greve era chamar atenção do povo paulista e de todo o Brasil para os atos violentos que a polícia do ditador cubano, Fulgêncio Batista, realizava contra as manifestações estudantis daquele país.

No mês seguinte a UEE-SP participou, junto com os deputados estaduais Cid Franco e Germinal Feijó, o cientista Mário Schenberg, sindicalistas, militares, jornalistas, parlamentares, da construção do Programa Básico da Federação Nacionalista do Estado de São Paulo. E no dia 26 de julho apresentaram os doze pontos desse documento em um comício na Praça da Sé onde João Eduardo falou em defesa da soberania e da política externa ativa ao lado do governador General Porfírio da Paz, do prefeito Adhemar de Barros, do presidente da UNE, José Batista de Oliveira Jr., entre outros. Talvez essa tenha sido a gestão que mais conseguiu se comunicar com a sociedade: em 1957, João Eduardo conseguiu articular um programa de TV na Record, onde tratava das questões estudantis e políticas. A gestão de João Eduardo foi chamada de “comunista”, “agitadora”, “promotora de propaganda vermelha”, “xenófoba” por “não aceitar recursos privados internacionais” e recebeu investidas agressivas por parte da imprensa ligada à UDN. Esses ataques tinham por finalidade desgastar a imagem da UEE-SP entre os universitários paulistas e arranhar a imagem de seu presidente.

Mesmo depois de tantas lutas importantes e vitórias que mudaram a cara do movimento estudantil paulista, a institucionalidade da UEE-SP guardava debilidades. O 10º Congresso foi antecipado para fevereiro de 1958, para que a manobra de direita de estudantes ligados à UDN (com apoio irrestrito de jornais diários) não inviabilizasse a existência da UEE¹. Diante de divergências com o processo do congresso, em maio, menos de três meses depois, foi realizado o 11º Congresso Estadual de Estudantes que elegeu e empossou Tabajara da Silva Firpo, da *União Operário-Estudantil de São Paulo*.

Esse presidente enfrentou o acirramento político radicalizando as ações da UEE-SP. Durante a campanha pela meia entrada de estudantes nos cinemas, organizou o que ficou conhecido como *fila boba*: longas filas com dezenas de estudantes que apenas pediram de forma vagarosa a compra do ingresso com meia entrada (e naturalmente receberiam a recusa do bilheteiro), dessa forma atrapalhavam a compra dos ingressos inteiros, a sessão começaria e a sala ficaria vazia. Essa era uma forma de luta completamente pacífica adotada para a campanha de meia entrada que deixava os empresários das casas de exibição apavorados, já que o prejuízo era certo.

Quando o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, veio ao Brasil, a UNE fez pesada campanha de repúdio e preparou uma manifestação na frente da sede, na praia do Flamengo. Sabendo do protesto, Dulles não passou pela frente da sede e não viu *in loco* a imensa faixa escrita “*Go home, Foster Dulles!*”. Tabajara estava nessa manifestação e declarou à imprensa local que “os estudantes paulistas não recebem com agrado o visitante” e o repudiam enfaticamente. Na mesma declaração ele pede ao presidente da república “que não se desvie das linhas mestras traçadas em sua campanha eleitoral” e não recue na soberania do país.

O 12º Congresso da UEE-SP foi realizado em setembro de 1959, com proposta de industrialização, fortalecimento da democracia e desenvolvimento do internacionalismo estudantil. O nacionalista Armando Martins de Azevedo foi eleito presidente. A gestão de Armando foi de defesa da democracia e dos direitos humanos. Nesse período, por um erro jurídico, foi sentenciado à morte, nos EUA, Caryl W. Chessman, por conta de uma semelhança física com um famoso *serial killer*. Intensa campanha se fez em todo o mundo para rever o processo e não condená-lo à morte. A UEE-SP participou ao lado de sindicalistas, artistas, escritores e esportistas de um comício monstruoso que reuniu mais de 250 mil pessoas no centro paulistano, pela clemência de Chessman, no dia 14 de outubro. Armando declarou a necessidade da defesa da vida e de julgamentos baseados na verdade.

No mês seguinte, a UEE-SP deflagrou uma greve estudantil contra os empresários da carne que, alegando inflação, haviam aumentado os preços, fazendo assim faltar o produto na mesa dos trabalhadores. O resultado foi a queda do interventor da carne em São Paulo (uma espécie de secretário de estado que supervisionava o preço e a circulação de carnes na região), Graça Lessa.

Em dezembro, Armando representou a UEE-SP na 1ª Conferência Sul-Americana pró Anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal. Esses países estavam consumidos pelas ditaduras franquista e salazarista, respectivamente, e mantinham presos ou exilados democratas, socialistas, comunistas e quaisquer outros opositores. Na mesma semana, Armando participou da manifestação na recepção do Cônsul adjunto da França, George Geara, para que o diplomata fosse considerado *persona non grata* pelas autoridades brasileiras por causa do violento jugo colonialista que aquele país impunha à Argélia. No 23º Congresso da UNE, em julho de 1960, Armando discursou em solidariedade à revolução cubana, exigiu mais verbas

para as universidades e foi amplamente aplaudido.

O 13º Congresso da UEE-SP, entre os dias 14 e 21 de setembro de 1960, foi realizado em clima tensão. Não se sabia qual chapa era a favorita: a da situação, “Renovação, administração e nacionalismo”, capitaneada por Aprígio Carvalho e Silva, do Centro Acadêmico (CA) 2 de Janeiro, da Faculdade de Direito de São José dos Campos; ou a da oposição, “Ampliação universitária e nacionalismo”, liderada por Bensaúde Branquinho Maracajá, do CA 11 de Agosto. A divisão entre o que se entendia por nacionalismo e as diferenças de concepção de movimento estudantil se afluíram durante o congresso. A chapa de situação apoiava a candidatura de Jânio Quadros e a de oposição a do Marechal Henrique Teixeira Lott.

Os números mostram como os estudantes paulistas, no início da década de 1960, tinham uma consciência mais elevada do que a do povo paulista em geral. O conservador Jânio teve em São Paulo 1.588.593 votos, enquanto o nacionalista e democrata Marechal Lott 441.755; mas na UEE-SP, a chapa que apoiou Lott venceu e elegeu Bensaúde presidente da entidade. Ao contrário da tendência dos universitários paulistas, Jânio Quadros foi eleito presidente da República. Bensaúde já era um conhecido dirigente da *Mocidade Trabalhista de São Paulo*, militante orgânico do PTB paulista e tinha um enorme apetite de realizações para a sua gestão.

No congresso também se aprovou uma moção-convite ao revolucionário cubano Fidel Castro para que uma vez no Brasil, viesse, sob auspício da UEE, a São Paulo (o convite foi aprovado por unanimidade). Foi aprovado, ainda, um convite ao filósofo Jean-Paul Sartre para que se mudasse para o Brasil e se tornasse professor nas faculdades de São Paulo.

Em outubro a UEE-SP organizou, junto com os sindicatos, uma manifestação de estudantes e trabalhadores em apoio à greve dos operários da Fábrica de Biscoitos Aymoré. Os operários reivindicavam um contrato coletivo de trabalho e aumento de salário. Foram 158 dias de greve com apoio dos estudantes. Bensaúde esteve à frente de articulações para mobilização e divulgação das pautas dos operários.

A gestão ainda fez intensa campanha pelo reatamento de relações diplomáticas com a Romênia, a Albânia, a Hungria e a Bulgária, além de denunciar o órgão imperialista Centro Latino Americano de Coordenação Estudantil (CLACE), que funcionava como um “DOPS” (Departamento de Ordem Política e Social) continental. Em

fevereiro de 1961, a UEE-SP publicou um manifesto de defesa dos militantes resistentes à ditadura de Salazar: “irrestrita solidariedade aos defensores da democracia, os revolucionários portugueses (...) bravos homens lusitanos que batalham pelo respeito da integridade moral e física da pessoa humana”, diz o documento.

Em todo o país os estudantes cumpriram importante papel na mobilização contra o golpe que se montava após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República, no 25 de agosto de 1961. O Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava em viagem oficial à China, na hora da renúncia não iria assumir a presidência – que tinha direito constitucional – por conta de espúrias articulações vindas da UDN e de parte dos militares. A tentativa de um novo golpe foi o estopim de imensas mobilizações. A UEE-SP esteve à frente, desde os primeiros instantes, da, como ficou conhecida, *Campanha pela Legalidade*. No dia seguinte, decretou greve geral de estudantes “por tempo indeterminado (...) em defesa das instituições do regime e da legalidade” e primeira manifestação foi na praça da Sé. Ao lado da UEE-SP, esteve à frente das lutas a UPES, que mobilizou enorme montante de secundaristas. Assim que foi garantida a posse de João Goulart, como presidente de um regime parlamentarista, a greve foi suspensa.

Nesses treze primeiros anos a entidade desenvolveu laços com as várias gerações de estudantes universitários e amadureceu seu programa progressista. A infância da entidade, traçada nesta nota, mostra que a UEE-SP hoje, quase uma setuagenária, traz desde os primeiros anos de sua história a luta por direitos para os estudantes, justiça social e soberania nacional.

Fernando Garcia de Faria é historiador e Coordenador do Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois.

1 Apesar das fontes sobre esse tema serem precárias, essa é a possibilidade mais provável.

Fontes:

Jornais: Folha da Manhã, O Estado de São Paulo, Diário de Notícias, O Semanário, Nossa Voz, Última Hora, Novos Rumos, Notícias de Hoje, Voz Operária, Imprensa Popular e Correio da Manhã.

Livros, documentos e revistas:

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma História da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO. *58 anos da UEE-SP*. São Paulo, 2007.

.*Relatório da diretoria – 1953-1954*. São Paulo, 1954.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *60 anos da UNE*. Rio de Janeiro, 1997.

Entrevista: Almino Afonso (entrevista concedida ao autor em 28/06/2016).